

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ALEXSANDRA FREIRE DA ROSA

A ESCOLA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS:
REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO EDUCACIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Florianópolis
2022

ALEXSANDRA FREIRE DA ROSA

A ESCOLA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS:
REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO EDUCACIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Lara Rodrigues Pereira

Florianópolis
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rosa, Alexandra Freire da

A escola do complexo penitenciário de Florianópolis :
reflexões sobre o contexto educacional em uma instituição
de privação de liberdade / Alexandra Freire da Rosa ;
orientadora, Prof. Dra Lara Rodrigues Pereira, 2022.

38 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Educação Prisional. 3. Docência. 4.
Projeto Pedagógico. 5. Cárcere. I. Pereira, Prof. Dra Lara
Rodrigues . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Pedagogia. III. Título.

Alexsandra Freire da Rosa

**A ESCOLA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS:
REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO EDUCACIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Licenciada em Pedagogia” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pedagogia.

Florianópolis, 22 de março de 2022.

Prof^a. Dra. Patrícia de Moraes Lima
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Lara Rodrigues Pereira
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Ma. Rute da Silva
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Sandor Fernando Briggmann
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esta pesquisa para os profissionais da educação, principalmente aos docentes que atuam no sistema penitenciário, acreditando, potencializando e proporcionando a apropriação de novos conhecimentos e crescimento pessoal desses indivíduos.

AGRADECIMENTOS

Entendendo a importância das instituições federais para a formação da sociedade e principalmente das pessoas negras, indígenas e pobres, vejo que as universidades precisam continuar sendo espaços de incentivo, preparo e valorização do ensino de nível intelectual e profissional. Por esse motivo, inicio os agradecimentos em primeiro lugar:

À UFSC pelo acolhimento e por ter proporcionado momentos de aprendizados significativos para o meu crescimento pessoal. À todos os debates e movimentos sociais que tive a oportunidade de participar, me colocando à frente de realidades nas quais me fizeram defender e valorizar ainda mais, a educação pública, laica e de qualidade.

Aos profissionais da UFSC, do setor administrativo, da limpeza, da segurança e da cozinha. Os primeiros por sempre se colocarem à disposição para atender e resolver todos os problemas que surgiram. Aos profissionais da limpeza por manterem os ambientes limpos e higienizados, pensando no bem estar das pessoas. Aos profissionais da segurança que transmitiam confiança e tranquilidade no espaço de estudo. Os profissionais da cozinha do Restaurante Universitário, que com cuidado, amor e dedicação preparavam a alimentação dos estudantes. Obrigada a todos que se preocuparam em manter a organização e o andamento da Universidade, buscando acolher e oferecer o melhor para todos.

À minha mãe Onilda Terezinha Cavalcanti Freire e ao meu pai Paulo Gilberto da Rosa Filho, por me proporcionarem uma educação de qualidade e apoio em todas as decisões que tomei ao longo da vida. Vocês foram e são a base para o meu crescimento, e continuam no incentivo à busca de meus objetivos. Obrigada pela dedicação e incentivo, minhas conquistas também são frutos do esforço e do apoio de vocês.

Ao meu irmão Paulo Alexandre Freire da Rosa, você foi meu parceiro, colaborador e técnico de computação durante esses anos, me socorrendo e auxiliando quando havia problemas com os meios tecnológicos. E a minha irmã Allana Freire da Rosa por estar sempre ao meu lado me apoiando com muito amor e alegria.

À família Freire e Rosa, vocês souberam como se fazer presente em todos os anos da minha vida, cuidando e zelando com carinho pelo meu desenvolvimento pessoal. Obrigada por me fornecerem essa base familiar sólida, que reflete exatamente na pessoa que me tornei.

Ao meu namorado Aryel Rosa Goulart pela paciência, carinho e dedicação. Por toda a disponibilidade ao me escutar e conversar, sempre acreditando, incentivando e apoiando minhas escolhas.

Aos amigos, pois torceram e torcem por minhas vitórias e conquistas, e se fazem presentes nos momentos especiais da minha vida, motivando-me a seguir com meus sonhos.

As minhas colegas que se tornaram amigas, Ana Luiza Schmidt, Eduarda V. Adami, Maiara M. de Andrade e Paola A. A. Castellanos, pois desde o primeiro dia de aula compartilhamos angústias, felicidades, medos, conquistas, companheirismo, festas e muita amizade.

Ao meu amigo Lucas Santos, por desprender de seu tempo e seus afazeres para me auxiliar na construção final da pesquisa. Obrigada por sua parceria!

À minha orientadora Lara Rodrigues Pereira, pelo apoio e condução oferecidos na realização dessa pesquisa. Obrigada pelo seu entusiasmo, dedicação e amizade.

À Ana Freire, minha prima, por ter se colocado à disposição para acolher meus anseios e sonhos, revisando a construção dessa pesquisa, me deixando mais segura e confiante. Obrigada por sua dedicação e paciência.

A professora Rute da Silva e ao professor Sandor Fernando Brigmann, que compõem a banca de avaliação deste trabalho, pela disponibilidade, leitura e importantes contribuições realizadas.

Estendo meu agradecimento a todos os professores do curso Pedagogia da UFSC que, de alguma maneira, contribuíram para a minha formação. Meus sinceros agradecimentos, vocês fazem parte da minha história!

Aos profissionais da Coordenação do Centro de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), do Complexo Penitenciário de Florianópolis e da Gerência de Avaliação de Desempenho e Estatísticas (GAEBE) que me atenderam e disponibilizaram documentos e dados que compuseram a pesquisa.

Agradeço profundamente a Deus pelas proteções e orientações recebidas ao longo de toda minha caminhada estudantil. Principalmente na etapa de conclusão do curso de graduação de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Obrigada desde já! Abraços.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p.31).

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema a educação escolar nos espaços de privação de liberdade, onde o objetivo é refletir e mapear aspectos disciplinares e pedagógicos da educação escolar oferecida no Complexo penitenciário de Florianópolis (SC). Explorar esse tema na contemporaneidade revela a necessidade de conhecer, compreender e discutir sobre o trabalho pedagógico e a importância das escolas nos cárceres. A análise documental e a pesquisa bibliográfica foram utilizadas como procedimento metodológico, e através de estudos, leituras, análises de dados e reflexões críticas foi possível constatar que a educação no sistema prisional não é universalizada e está longe de atender a demanda desse público. O texto tem o intuito de garantir reflexões para o estabelecimento de um trabalho de qualidade, suprimindo a falta de projetos pedagógicos e materiais didáticos adequados e pensados para a realidade desses espaços e desse público. A pesquisa aponta para que haja uma oportunidade de formação continuada aos professores que assumem a frente dessas atividades pedagógicas, qualificando o trabalho desses profissionais, e conseqüentemente das escolas do sistema penitenciário. O desafio colocado é a luta constante por condições melhores de ensino e trabalho, comprovando que investir em educação jamais será desperdício.

Palavras-chaves: Educação Prisional; Docência; Projeto Pedagógico; Cárcere.

ABSTRACT

This research has as its theme school education in spaces of deprivation of liberty, where the objective is to reflect and map disciplinary and pedagogical aspects of school education offered in the Penitentiary Complex of Florianópolis (SC). Exploring this theme in contemporary times reveals the need to know, understand and discuss the pedagogical work and the importance of schools in prisons. Documentary analysis and bibliographic research were used as a methodological procedure, and through studies, readings, data analysis and critical reflections, it was possible to verify that education in the prison system is not universal and is far from meeting the demand of this public. The text aims to guarantee reflections for the establishment of a quality work, filling the lack of pedagogical projects and teaching materials adequate and designed for the reality of these spaces and this public. The research points out that there is an opportunity for continuing education for teachers who assume the front of these pedagogical activities, qualifying the work of these professionals, and consequently of the schools of the penitentiary system. The challenge posed is the constant struggle for better teaching and working conditions, proving that investing in education will never be a waste.

Keywords: Prison Education; teaching; Pedagogical project; Prison.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Admissão de Professores em Caráter Temporário
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
COEJA	Coordenação de Educação de Jovens e Adultos
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
GAEBE	Gerência de Avaliação de Desempenho e Estatísticas
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LEP	Lei Federal de Execução Penal
ONU	Organização das Nações Unidas
PEESP	Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
PPP	Projeto Político Pedagógico
SC	Estado de Santa Catarina
SED	Secretaria de Estado da Educação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 QUESTÕES SOCIAIS E O ENCARCERAMENTO	14
1.1 Aspectos do sistema prisional	17
1.2 A escola e a educação do sistema prisional	19
2 LEGISLAÇÃO E DADOS SOBRE A ESTRUTURA DOS PRESÍDIOS BRASILEIROS.....	21
2.1 Educação e trabalho	23
3 A ESCOLA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS.....	24
3.1 Docentes da escola da penitenciária de Florianópolis	26
3.2 Perfil dos estudantes matriculados na escola Penitenciária de Florianópolis	28
Considerações finais.....	29
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE	35
APÊNDICE A – Questionário referente aos docentes do Complexo Penitenciário de Florianópolis (SC)	35
ANEXO.....	37
ANEXO A - Termo de responsabilidade para trabalhar como docente no Complexo Penitenciário de Florianópolis.....	37

INTRODUÇÃO

A conclusão dessa pesquisa, como requisito parcial para obtenção do diploma de graduação em uma universidade pública, sendo eu do gênero feminino, negra e oriunda de uma família com poucos recursos e pertencente a uma geração que consegue pela primeira vez entrar e se manter nos bancos escolares, e, sobretudo, chegar à conclusão de um curso superior, com certeza é sinônimo de luta, de resistência, de sonhos, de superação.

Porém, é preciso reconhecer que não fiz esse percurso sozinha, pois tive suporte, apoio e o incentivo integral da minha família que sempre priorizou a importância da educação para que os filhos pudessem exercer seus direitos como cidadãos em um país onde as desigualdades e os preconceitos raciais são limitantes e impeditivos para a ascensão a melhores oportunidades de trabalho. Sempre estudei em escolas públicas, e isso é motivo de orgulho, pois vejo o quanto estes bancos escolares podem ser bem aproveitados, potencializando os conhecimentos e favorecendo o crescimento pessoal.

A sensibilização e o despertar sobre a educação do sistema prisional, tema dessa pesquisa, surgiu durante a sexta fase do curso de pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na disciplina de “Educação de jovens e adultos”, ministrada pela professora Lara Rodrigues Pereira. Naquele momento tive o primeiro contato com o assunto educação em espaços de privação de liberdade e as discussões foram interessantes. A partir daí apareceram vários questionamentos, inquietudes e dúvidas, porém, a escolha da temática só se definiu quando a professora da disciplina trouxe relatos de experiências de professores que já haviam trabalhado nesses espaços, e durante a sua fala, essa foi a que mais impactou: “Em alguns lugares, os detentos são recomendados a não olhar nos olhos dos professores, por segurança daqueles docentes. Como é dar aula para estudantes que são recomendados a não olhar nos olhos dos professores?”

A docência requer um trabalho focado nas relações interpessoais que envolve troca de olhares, escuta ativa, sensibilidade com o estudante, portanto, é difícil visualizar uma prática acolhedora e de qualidade partindo desse relato. Essa situação motiva a buscar conhecimentos sobre a educação nesses espaços de

privação de liberdade, principalmente sobre o trabalho do docente nessas instituições.

Dessa maneira, o exercício que me propus para esta pesquisa é refletir sobre a educação escolar na penitenciária de Florianópolis (SC). Teoricamente, a educação nesses espaços de privação de liberdade, é vista como ferramenta para a "reinserção, ressocialização e recuperação" do preso. Porém, o aumento da criminalidade e do encarceramento no Brasil é significativo e crescente, provocando questionamentos sobre o real papel da educação e das políticas educacionais dessas instituições. Ao longo do texto apresentarei que a educação prisional faz parte de um sistema e de uma organização maior, relacionado ao processo histórico da sociedade e a tudo que vem atrelado a ele.

Como esse tema tem necessidade de ser debatido e questionado, vi que poderia ser um assunto a ser abordado em uma pesquisa acadêmica no âmbito do curso de Pedagogia da UFSC. Pensar sobre as condições educacionais no sistema carcerário, o trabalho pedagógico, as possibilidades e desafios, oportuniza reflexões sobre a formação que queremos proporcionar para os detentos e para os próprios profissionais da área. Dessa maneira, considero que é uma forma de ampliar a discussão sobre a formação de professores, pois eles terão acesso a essa realidade. Portanto, coloco esse assunto com relevância a ser discutido.

O objetivo dessa pesquisa consiste em refletir e mapear aspectos disciplinares e pedagógicos da educação prisional do Complexo Penitenciário de Florianópolis (SC). Também, busca-se compreender as questões sociais relacionadas ao cárcere; mapeamento das legislações sobre a oferta da educação nesses espaços; análise do perfil profissional dos professores atuantes da penitenciária da grande Florianópolis e análise de estatísticas oficiais dos detentos matriculados na escola dessa instituição.

Essa pesquisa se delinea como qualitativa com caráter documental. Utilizei de análises documentais e pesquisas bibliográficas como estratégia para a coleta de dados que auxiliaram na aproximação e compreensão do tema. Para a complementação do trabalho, realizei uma interlocução com autores que discutem a temática.

Com o intuito de iniciar a pesquisa, selecionei autores e publicações relacionados com o tema “educação em prisões”, partindo disso, foram escolhidos os textos que mais se encaixavam com os objetivos dessa pesquisa. Além dos textos, obtive, através da Coordenação do Centro de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), vinculada a Secretaria de Estado da Educação (SED), junto ao Complexo Penitenciário de Florianópolis e a Gerência de Avaliação de Desempenho e Estatísticas (GAEBE), dados referentes às matrículas de detentos nas escolas das unidades prisionais da Grande Florianópolis e informações sobre os docentes da escola da penitenciária de Florianópolis.

Com o objetivo de obter mais informações sobre os docentes, construí um questionário breve e simples, que continha perguntas relacionadas a números de docentes atuantes, formação acadêmica, número de efetivos e substitutos e outros. Enfrentei algumas limitações, no início do ano de 2020, foi decretada uma pandemia, com a disseminação mundial de um vírus denominado COVID-19. Por esse motivo, as relações sociais tiveram algumas mudanças, uma delas foi o distanciamento e o isolamento social. A pesquisa foi construída durante esse período, o que me impossibilitou de estar presencialmente na Universidade Federal de Santa Catarina e na coleta dos dados e das informações, fazendo com que todo esse trabalho se realizasse virtualmente. Por esse motivo, não tive acesso diretamente aos professores atuantes da escola do Complexo, portanto, o questionário foi respondido virtualmente pela própria COEJA. Após analisar todos os textos e informações coletadas durante essa primeira etapa, pude iniciar a organização do trabalho, sendo assim, foi possível dividi-lo em capítulos e começar a escrita.

A pesquisa tem como base três autores principais que com suas obras ajudaram a pensar a educação em presídios e penitenciárias. São eles: Elenice Maria Cammarosano Onofre - “Educação escolar entre as grades”, Juliana Borges - “Encarceramento em massa” e Timothy Ireland - “Educação em prisões”. A definição pela utilização desses três autores se deu pela afinidade dos objetivos dessa pesquisa com as discussões propostas por eles.

Esse trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo é composto por uma breve contextualização histórica sobre as questões sociais relacionadas ao cárcere privado no Brasil. Após essa retomada histórica, apresento

uma discussão relacionada a alguns aspectos do sistema prisional mostrando um pouco dessa realidade e como funciona a relação do sistema carcerário com os detentos. Em seguida, apresento a educação do sistema carcerário, as escolas e sua importância para os detentos.

No segundo capítulo desenvolvo uma análise das leis direcionadas à educação e à educação para o sistema prisional, junto, realizo uma breve discussão sobre a organização desse sistema carcerário e suas implicações para o trabalho das escolas que se localizam nos espaços de privação de liberdade. Além desses aspectos, trago informações referentes ao tema educação e trabalho, buscando entender como é vista essa relação dentro do cárcere.

Por fim, no terceiro capítulo é realizada a apresentação do Complexo Penitenciário de Florianópolis e alguns aspectos de sua organização, em seguida, direciono o debate para o professor, o trabalho docente e os detentos matriculados na escola da penitenciária de Florianópolis. Partindo dos dados disponibilizados pela Coordenação do Centro de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), junto ao Complexo Penitenciário de Florianópolis e a Gerência de Avaliação de Desempenho e Estatísticas (GAEBE), apresento o corpo docente da escola e quem são os estudantes matriculados. Referente aos docentes busquei informações relacionadas às suas áreas de formação, se são efetivos ou substitutos, número de professores atuantes. E para os estudantes matriculados direcionei as buscas pelos perfis desses indivíduos, sexo, faixa etária, cor e o número de matriculados e matriculadas na escola.

1 QUESTÕES SOCIAIS E O ENCARCERAMENTO

Para iniciar essa discussão me baseio na autora Juliana Borges (2020), que traz estatísticas sobre o encarceramento brasileiro. A população carcerária no Brasil vem aumentando cada vez mais, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias 2016 (InfoPen), temos a terceira maior população prisional do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. São 726.712 pessoas presas no país. Desses 726.712 encarcerados, 64% da população prisional é negra. Sabendo que a população negra no país compõe 53% da

população brasileira, podemos dizer que dois a cada três presos no Brasil são negros. Em 1990 a população prisional brasileira tinha um pouco mais de 90 mil pessoas, e hoje chegamos na faixa de 726 mil, tendo um aumento de 707% de pessoas encarceradas. Segundo Juliana Borges:

O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento mais do que perpassado por esta estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial. Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidade (BORGES, 2020, p.21).

Desde o início da história do Brasil, o país tem sido marcado pela escravidão negra e pela desigualdade, tendo como consequência problemas sociais que se avolumam até a contemporaneidade. Observa-se que na modernidade há uma super-representação do povo negro nos cárceres, e a autora Juliana Borges (2020) explica que são vestígios do passado e, portanto, em seu livro, faz uma retomada histórica sobre o processo que demonstra, na atualidade, esse cenário de punitivismo direcionado à população negra.

Segundo a retrospectiva de Borges (2020), desde o Período Colonial (1530-1822) o Brasil realiza punições diferentes para cada tipo de pessoa e suas condições. Já naquela época existiam leis punitivas criadas pelo Império, que diferenciava a relação e o tratamento entre indivíduos livres e escravizados. No Brasil Império (1822 - 1889) tivemos a primeira lei criminal promulgada no Brasil. O que vale ressaltar, é que essa lei foi criada enquanto no Brasil ainda vigorava o regime de escravidão (1830). Na vigência do Código Criminal do Império Brasileiro, os tratamentos diferenciados se mantiveram, e os proprietários continuavam a ter o poder de punir seus escravos em âmbito privado. A intervenção do Judiciário nas punições dos escravos era entendida como interferência do Estado sobre propriedade privada. Desta forma, caso algum proprietário tivesse seus escravizados presos, poderiam solicitar sua liberdade para puni-los em esfera privada.

Em seguida vem o Brasil República (1889) com diversas reformas nas leis criminais, porém, não apresentou nenhuma ruptura com as propostas colocadas no período imperial. Mesmo com as modificações nas leis, elas ainda tinham como

público-alvo as pessoas negras, que agora já não eram mais escravizadas, pois já estavam libertas. Após passar dois anos da abolição da escravatura, em 1890, criaram o segundo Código Penal, que entendia as expressões culturais como crime. Por terem sido libertos sem nenhuma condição digna de vida, eles não tinham empregos, moradia e renda, acabavam ficando muito tempo nas ruas jogando capoeira (luta afro-brasileira, marcada por movimentos de combate com música e dança, criada pelos negros que foram escravizados em território brasileiro) que era vista como “vadiagem” e foi nesse período que criaram essa nova lei que criminalizava pessoas que estavam “vadiando”, ou seja, pessoas que não tinham trabalho ou viviam da informalidade. Com o passar do tempo as leis continuaram se intensificando e criminalizando a cultura afro-brasileira, influenciando no aumento de encarceramentos e extermínios.

Com a nova lei de drogas que foi aprovada no Brasil, em 2006 (Lei nº 11.343, de agosto de 2006), tivemos um aumento significativo da população carcerária, levando o Brasil a assumir o posto de terceiro país que mais encarcera no mundo. Entre 2006 e 2014, a população feminina nos presídios aumentou em 567,4%, ao passo que a média de aumento da população masculina foi de 220% no mesmo período. Sendo assim, a nova lei de drogas se estabelece como uma reorganização do sistema de justiça criminal, que propõe mudanças, mas mantém tudo como está. Esses são alguns elementos abordados por Borges, que vão mostrando como o sistema prisional no Brasil se estabelece aplicando penas diferenciadas entre negros e brancos e entre negros libertos e escravizados e surge para garantir o controle social dessa população.

Timothy Ireland (2011) buscando respostas para o aumento significativo da criminalidade e violência chega até o conceito “penitenciário” utilizado por Rangel (2009), entendido como o uso incontrolado e pouco criterioso do encarceramento e de penas severas, fazendo com que problemas sociais e de segurança pública sejam resolvidos apenas com a prisão. O uso excessivo de prisão preventiva também contribui para o aumento significativo da população encarcerada. “No Brasil, o número de presos provisórios aguardando julgamento representa 43% da população” (IRELAND, 2011, p.22). O crescimento massivo de presos não é uma medida suficientemente eficaz para conter a violência. A violência está ligada à

estrutura social e reproduz-se no cotidiano dos diversos grupos, e tem se mostrado cada vez mais presente na vida dos jovens negros e pobres. De acordo com Borges (2020) com o aumento significativo de encarcerados no país há de se questionar: As prisões estão sendo espaços de real ressocialização como se propõe? Esses dados quantitativos sobre o cárcere são reflexos de um percurso social extremamente desigual, excludente e hierarquizado. Refletindo em uma sociedade mal estruturada e administrada, fazendo com que falte direitos básicos vitais para os indivíduos. Sendo assim, a solução para a criminalidade no país poderia ser repensada, se por um aumento de encarcerados ou por investimento na educação.

1.1 Aspectos do sistema prisional

Leme (2007) traz uma perspectiva das pessoas que visualizam a prisão de fora. As pessoas, quando se trata do cárcere tem diversos posicionamentos, sentimentos e sensações. E com elas a “falsa ideia” de que através das punições podemos transformar o indivíduo. As instituições de privação de liberdade trabalham com essa perspectiva e acabam se contradizendo, pois buscam incansavelmente a modificação e transformação do indivíduo, mas utilizam de castigos, da violência, do silenciamento, da rejeição para a (re)educação. “[...] a prisão, tendo um caráter punitivo, não consegue ser de forma alguma reformativa” (LEME, 2007, p. 121).

Segundo Onofre (2007), a autora que debate a educação no cárcere, “as prisões caracterizam-se como teias de relações sociais que promovem violência e despersonalização dos indivíduos” (ONOFRE, 2007, p.12). Pensando na arquitetura e na rotina de um sentenciado, é possível perceber o desrespeito aos direitos humanos, já que a estrutura e as relações construídas no sistema carcerário são extremamente autoritárias, repressoras, desumanas, disciplinares, violentas e baseadas em punições. O indivíduo, desde sua chegada ao sistema carcerário, passa por diversas etapas nas quais se vê obrigado a deixar tudo aquilo que viveu e experienciou para o lado de fora da cela. Ele é literalmente despido e desvinculado de tudo que o formou ao longo de sua trajetória, desde seus bens materiais, até seus nomes. “[...] O indivíduo começa a perder suas identificações anteriores para

sujeitar-se aos parâmetros ditados pelas regras institucionais” (ONOFRE, 2007, p.13).

Para complementar essa discussão a autora traz uma citação do estudioso Goffman, que apresenta o termo “Desculturação”, isto é, a estada muito longa do internado em espaços de privação de liberdade o torna, temporariamente, incapaz de resolver e enfrentar particularidades de sua vida, sendo assim, se torna uma pessoa “destreinada” à vida livre. Pois ao viver em cárcere, os internados estão inseridos somente naquela realidade se adaptando aos padrões e procedimentos impostos, fazendo com que se desapropriem daquilo que já haviam aprendido.

É possível perceber como esse sistema de encarceramento pode ser um instrumento de opressão, de padronização, e assim, forjar um indivíduo a um molde pretendido. Segundo Foucault (1987), os ambientes de privação de liberdade se caracterizam por serem espaços sociais que produzem o “corpo dócil”: passivo, ativo, útil, disciplinado e acima de tudo, produtivo. Aquele que na perspectiva de “cidadão perfeito”, pode ser submetido, dominado, melhorado e aperfeiçoado. Normalmente esses indivíduos constituem uma peça fundamental para compor o funcionamento da sociedade moderna.

Segundo Leme (2007), precisamos ter em mente que a realidade dos presos possui características muito próprias. O preso-estudante, antes de ser estudante, faz parte de uma população carcerária e carrega consigo uma cultura da prisão, que influencia seu modo de ser e de agir. Podemos dizer que por precisarem se adequar a esse sistema disciplinador e ameaçador, os detentos constroem e assumem alguns papéis que são desejáveis e aceitáveis aos olhos de quem está lá dentro. E a escola, acaba muitas vezes, sendo um espaço no qual eles podem se sentir mais à vontade para serem quem eles realmente são. Mas vale ressaltar, que para isso se tornar possível, a escola não pode fazer parte da “lógica de transformação dos indivíduos” (LEME, 2007, p.137). Pois, por estar inserida em um ambiente com rígidas normas e segurança extrema, a escola é capaz de se tornar um instrumento de dominação. Portanto, “[...] só existirá um processo educativo se a escola não participar da lógica da instituição” (LEME, 2007, p.137).

1.2 A escola e a educação do sistema prisional

Quando pensamos em escola, vem em nossa memória um ambiente grande, com diversas salas, pátio, refeitório, laboratórios, bibliotecas, quadras de jogos, entre outros espaços de interação. Pensar o espaço escolar no sistema carcerário é bem diferente. Por ela estar localizada dentro do presídio, segue normas de estrutura, desta maneira, as salas de aulas, nada mais são que “celas de aula”, assim como Leme (2007) denomina. Pois são espaços com mesas, cadeiras, lousa, mas cercados por grades. São lugares muitas vezes insalubres, pequenos e com muita umidade. Apesar das condições da estrutura das “celas de aula”, que não podemos negar que são extremamente precárias, ainda assim, a escola é um espaço de acolhimento, de convivência, de troca de experiências, um lugar muitas vezes solicitado pelos detentos.

Onofre (2007) realizou entrevistas com estudantes da escola de uma penitenciária masculina, no interior do Estado de São Paulo. E obteve diversas respostas referentes à busca pela escola e ao valor que dão a ela. O sentimento de tempo perdido ou/e de uma vida destruída permeia o cotidiano dos aprisionados, sendo possivelmente, os motivos que os levam a escola, pois estão em busca de novas oportunidades, possibilidades ou apenas de espairar e deixar aquela rotina estressante um pouco de lado. Das variadas respostas, estão entre elas: A escola como espaço onde ocupam a mente e o tempo ocioso com coisas boas, a escola como um espaço onde se sentem mais livres, a escola como oportunidade para se alfabetizar e a escola como possibilidade de melhoria de vida quando estiverem em liberdade (ONOFRE, 2007).

Um dado relevante apontado na pesquisa de Onofre (2007), é que os presos sentem a necessidade de ler e escrever para conseguirem acompanhar seus processos na justiça. Segundo os detentos, a justiça não se preocupa com eles e, portanto, podem aumentar o tempo de pena ou fazer alguma coisa na qual os prejudique, por isso precisam ficar atentos. Nesse sentido, a leitura e escrita abrem caminhos para lutarem por seus direitos. Além da escola ser um espaço de ocupação do tempo, interação e de possibilidades, ela também é um espaço de refúgio e de esperança. Segundo Bueno, “[...] o que se vê são homens que

continuam a enxergar na educação um espaço para não serem somente “bandidos”, apesar de condenados e colocados em instituições que, em síntese, não fazem nada além de segregá-los” (BUENO, 2007, p.9).

Assim como fora das instituições de privação de liberdade, os detentos depositam na educação a esperança de melhoria de vida. Sabemos que a educação oportuniza acesso a locais que talvez sem ela as pessoas não conseguiriam, porém, é preciso tomar muito cuidado para não depositar na educação a tarefa de melhorar todos os problemas sociais, mudar a realidade da criminalidade e do encarceramento em massa. Segundo Ireland:

Assim, ao se tratar da educação em prisões como direito inalienável da pessoa presa, faz-se necessário entender a relação desse direito com outros, como saúde, trabalho, renda e segurança, para, ao reconhecer a centralidade da educação, não cair na contradição de depositar nesta a responsabilidade de resolver, por si só, o problema da violência e da criminalidade e de “habilitar” a pessoa privada de liberdade para a sua reentrada na sociedade (IRELAND, 2011, p.23).

No intuito de aumentar a compreensão sobre o tema, é preciso avolumar os debates entre as pessoas envolvidas nesses espaços de encarceramento. Partindo da pesquisa feita por Carolina Bessa Ferreira de Oliveira (2013), a educação dentro dos presídios é vista como um benefício associado aos bons comportamentos exigidos pelo sistema prisional e não um direito assegurado pela constituição federal. O que implica em uma ideia de que a educação deve ser conquistada pelo preso e não uma garantia de dever do Estado. Percebe-se que o entendimento sobre os direitos não é algo compreendido por todos, desta maneira, é difícil exigir alguma coisa que não se sabe. Com isso, acredito que a melhor forma para não cair na contradição de depositar na educação a responsabilidade de resolver todos os problemas sociais, é ampliar os debates sobre direitos e deveres humanos fundamentais, sobre a sociedade e tudo que nela implica, situar os presos sobre suas realidades e onde eles se encontram dentro dessa pirâmide social, pois só reconhecendo e entendendo esse sistema é possível exigir os seus direitos. Além de construir espaços para debates, a educação precisa trabalhar em conjunto com outras áreas de formação (cultural, esportiva, musical, teatral, científica, profissional...), pois ela não se dá sozinha. Segundo Ireland (2011), não podemos reduzir o processo educativo à escolarização.

Dessa maneira, a educação no presídio tem como papel “[...] tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e da colaboração entre os homens” (SAVIANI, 1980, p.41 apud ONOFRE, p.23).

2 LEGISLAÇÃO E DADOS SOBRE A ESTRUTURA DOS PRESÍDIOS BRASILEIROS

A educação nem sempre foi um direito concebido a todos. No Brasil, foi somente na Constituição Federal de 1988 que a educação se tornou um direito de todos (crianças, jovens, adultos e idosos).

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Antes disso, não era obrigação formal do Estado garantir educação gratuita e de qualidade para todos os brasileiros, inicialmente o ensino era direcionado àqueles que tinham dinheiro para se manter estudando. Já o ensino público era tratado como uma assistência oferecida àqueles que não tinham condições de pagar. Para o âmbito prisional a Lei Federal de Execução Penal (LEP) n. 7.210, de 11 de julho de 1984, em seu Art. 11, estabelece como direito da pessoa privada de liberdade à assistência educacional, instrução escolar e formação profissional, assegurado pelo Estado, assim como a assistência material, saúde, jurídica, social e religiosa.

Apesar de a educação estar garantida nos documentos legais, muitas vezes a realidade dentro desses espaços de privação de liberdade não condiz com o que é proposto nos documentos. Segundo o Relatório Estatístico do Departamento Penitenciário – DEPEN (BRASIL, 2019) a população carcerária no Brasil, de julho a dezembro de 2019, era de 748.009 mil internos, desses, somente 123.652 mil ou 16,53% dos internos participavam de atividades educativas. Desta maneira, se seguir as leis que definem atividades educacionais como direito garantido a pessoas privadas de liberdade, os números de detentos tendo acesso à educação, ainda é muito reduzido.

A educação escolar nas prisões têm demonstrado fragilidades e necessidades emergentes. Julião (2007) aponta que os números de pessoas encarceradas no Brasil são bem significativos e a tendência é só aumentar e junto ao crescimento das taxas de aprisionamento, vem o sucateamento do sistema penitenciário e, conseqüentemente, das condições mínimas adequadas previstas em leis para os presos. As cadeias não estão preparadas para receber esse número gigantesco de presos, acarretando em péssimas condições sanitárias, superlotação das celas, falta de assistência médica, psicológica, social, educacional e jurídica, além das estruturas extremamente precárias das instituições. Os detentos são tratados como “animais violentos”, assim afirmou Nigel Rodley, relator oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, numa visita às prisões brasileiras.

Com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta da educação nos estabelecimentos penais, que em 24 de novembro de 2011, a presidente Dilma Rousseff, pelo decreto n 7.626, instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema prisional (PEESP), que contempla a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica e a educação superior. O PEESP estabelece uma padronização na oferta da educação prisional, propondo ações conjuntas e troca de informações entre órgão federais, estaduais e do Distrito Federal. Além de incentivar a elaboração de planos estaduais de educação com o intuito de determinar metas e estratégias para a formação educacional do interno e dos profissionais atuantes da área.

Os planos educacionais propuseram mudanças que para muitas instituições do sistema penitenciário significou um enorme desafio, pois provocaram modificações significativas nas práticas e na cultura do cárcere, criando a necessidade de formular, propor e garantir propostas pedagógicas e materiais didáticos adequados para essa realidade e promover capacitação dos professores e profissionais da educação em estabelecimentos penais. Apesar das dificuldades de estabelecer no sistema prisional a educação formal como direito, é preciso reconhecer que ao longo da última década tiveram pequenos avanços na tentativa de ampliar e qualificar esse direito, porém, se contentar com essa realidade é insuficiente.

2.1 Educação e trabalho

De acordo com a Lei Federal de Execução Penal (1984), somente por meio do trabalho e da educação que o preso tem o direito ao benefício de remição de pena. A educação e o trabalho no sistema penitenciário sempre foram vistos de forma diferentes, uns valorizam o trabalho como proposta de programa de “ressocialização”, enquanto outros valorizam a educação. O trabalho por gerar renda tem um reconhecimento muito maior pelos detentos, durante muito tempo acreditava-se que somente por meio do trabalho os detidos poderiam ter uma oportunidade verdadeira de se inserir novamente na sociedade, tanto que somente em 2011, em uma reformulação da Lei Federal de Execução Penal, de 1984, que o estudo passa a configurar-se como remição de pena, assim como trabalho. É possível evidenciar, que por trás dessas leis e dessas crenças temos uma ideologia bem forte atuando. A ideia de que “somente banindo o ócio se “reformaria” os delinquentes” (JULIÃO, 2007, p.43), ou seja, devemos preencher o tempo dos “desocupados” e fazê-los produtivos, pois se não, conforme ditado popular, viram “oficina do diabo”. “O ócio, historicamente, é um privilégio dos homens livres e o trabalho, principalmente o físico, dos escravos” (JULIÃO, 2007, p.43).

É possível perceber que a educação e o trabalho têm pesos e valorizações diferentes dentro do sistema penitenciário. Enquanto o trabalho, vale lembrar que é aquele sempre associado ao esforço físico, é “recompensado”, o intelectual não tem esse mesmo reconhecimento. Segundo Julião, não é apenas capacitando profissionalmente o detento que ele conseguirá se inserir no mercado de trabalho, as exigências por novas qualificações crescem cada vez mais.

[...] não se trata apenas de criar uma escola associada ao ensino profissional, mas sim uma escola que ajude a desenvolver potencialidades que favoreçam sua mobilidade social, não se deixando paralisar pelos obstáculos que serão encontrados na relação social: em suma, uma escola que privilegie a busca pela formação de um cidadão consciente de sua realidade social” (JULIÃO, 2007, p.45).

O trabalho da escola é complexo e busca oferecer muito mais do que apenas qualificação profissional e mão de obra para se inserir na sociedade. A educação

escolar visa à preparação do indivíduo para acessar e atuar criticamente no espaço social, possibilitando permanência e sucesso nas relações humanas.

3 A ESCOLA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS

O complexo penitenciário de Florianópolis (SC) localiza-se numa região central e nobre da cidade, cujo bairro se chama Agronômica. Por estar em uma região central, divide seu espaço com moradias residenciais e tem uma grande visibilidade pelos moradores da cidade, o que causa diversos posicionamentos sobre a permanência dessa instituição nesse bairro. A penitenciária Estadual da Pedra Grande, como era denominada antigamente, foi inaugurada em 21 de setembro de 1930. Inicialmente era um local pequeno que atendia pouca quantidade de homens e mulheres, com o passar do tempo a demanda de internos ultrapassou a estrutura que o prédio oferecia e com isso tiveram que aumentar esse espaço para conseguir atender a todos.

Hoje, o complexo é dividido dessa maneira: Parte interna; Semiaberto, Ala de segurança máxima, Centro de Observação e Triagem, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, Presídio Masculino, Presídio Feminino e Casa do Albergado. Já a escola dessa instituição é composta pela sala da coordenação, biblioteca (assim como previsto na Lei Federal de Execução Penal, no artigo 21. inciso cinco: a lei apresenta a disponibilidade de bibliotecas para uso de todas as categorias de reclusos), sala dos professores, sala de informática, salas de aula (Nakayama e Laffin, 2012), e atende (re)educandos nos níveis de Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio e o Projeto Despertar para a Leitura.

A escola do complexo penitenciário de Florianópolis funciona desde a metade da década de 1970, porém, somente em 20 de outubro de 1987 foi registrada oficialmente pela Secretaria de Estado da Educação. Atualmente está vinculada ao Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA e funciona através de um convênio firmado entre Secretaria da Justiça e Cidadania, responsável pelo espaço físico da escola e Secretaria Estadual da Educação responsável pela cessão de professores e das normas de procedimentos didáticos pedagógicos de ensino (Nakayama e Laffin, 2012). A respeito aos procedimentos de segurança, a escola trabalha

conforme as regras estabelecidas pelo Complexo Penitenciário (unidade prisional) e pelas Gerências dos diferentes setores.

Partindo da pesquisa de Nakayama e Laffin (2012) e observando as informações disponibilizadas pela COEJA (2021), pode-se perceber que não houve mudanças significativas nos materiais e nas estruturas das salas de aula. A escola do complexo continua seu vínculo com a CEJA e permanece não possuindo um projeto político pedagógico (PPP) próprio para sua realidade e necessidade, muito menos materiais didáticos pedagógicos, pois acabam fazendo uso dos mesmos materiais que os CEJA's utilizam, causando algumas contradições ao longo do percurso educacional.

Como já foi citado anteriormente, a realidade do estudante preso é complexa e possui especificidades, dessa maneira, pensar a educação do sistema prisional requer propostas pedagógicas e materiais organizados e construídos para essa realidade. “A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos” (VEIGA, 2002, p. 01).

A construção do PPP direciona e organiza o trabalho pedagógico da escola como um todo, por esse motivo, é uma ferramenta importante para o andamento escolar.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária (VEIGA, 2002, p. 01).

Entendendo a importância da construção de um PPP articulado e pensado para cada realidade escolar, que os materiais e o projeto político pedagógico do CEJA's que a escola do Complexo Penitenciário de Florianópolis utiliza, não atendem a necessidade desses indivíduos-adultos-presos, pois não foram pensados para eles. As escolas das instituições de privação de liberdade lidam com estudantes, adultos, presos com histórias e projetos de vida diferente de uma criança e de um adulto em liberdade, e isso não pode ser ignorado.

3.1 Docentes da escola da penitenciária de Florianópolis

O ingresso dos profissionais da área da educação nas escolas penitenciárias da grande Florianópolis se dá por meio de concurso público (para contratação efetiva) e processo seletivo (para contratação temporária). Os candidatos realizam uma prova cujos conteúdos são de conhecimentos gerais na grande área denominada educação. Porém, essa seleção é a mesma feita por docentes que irão atuar em redes públicas de ensino fora dos muros da prisão, sendo assim, solicitam os mesmos critérios de conhecimentos, sem exigir nenhuma formação específica para atuar nesses espaços de privação de liberdade. O professor, muitas vezes, ingressa nessas instituições sem saber nada sobre essa realidade.

A preparação do docente para começar a atuar na escola da penitenciária de Florianópolis, inicia com uma reunião, que normalmente ocorre coletivamente no início do ano, com todos os professores contratados, e durante esse momento é repassado todas as informações de funcionamento da instituição. Além dessa reunião, os professores precisam assinar um termo de compromisso, vinculado à segurança pública, que constam algumas regras que precisam ser obedecidas. Os docentes precisam se comprometer com as normas de segurança do estabelecimento, tais como:

- Não entrar na sala de aula com bolsas, mochilas, celulares, carteiras, nenhum tipo de material que não tenha sido autorizado na vistoria;
- Não passar e nem receber recados de detentos e de seus familiares;
- Não emprestar materiais para uso pessoal do interno;
- Não circular em ambientes que não sejam sala de aula e sala de professores;
- Precisam usar um guarda-pó que deve obrigatoriamente estar fechado.

Caso houver o descumprimento de qualquer regra registrada no termo de compromisso, o docente encerra seu vínculo com a instituição.

Esse documento evidencia o quanto a escola do sistema prisional contém especificidades disciplinares e pedagógicas que não encontramos nas escolas fora do presídio, além de apresentar as limitações para o trabalho pedagógico, pois ao determinar as regras de segurança, já existe pré-estabelecido à forma com que o trabalho deve acontecer nesses espaços. Partindo da resposta da COEJA, o

material pedagógico utilizado pelos docentes é o livro didático, não sendo citado nenhum outro. As possibilidades de materiais são escassas, provavelmente pelo motivo de existir uma rigurosidade grande quanto aos objetos que entram na escola, sendo essa uma das limitações de se trabalhar nas escolas do sistema carcerário. Quais seriam as maneiras de ampliar a oferta de ferramentas pedagógicas sem causar danos à segurança de todos envolvidos nesse espaço? Esse tipo de discussão precisa ser colocado como prioridade pelas organizações educacionais, junto às gerências do sistema de segurança e prisional, buscando diversificar e qualificar o trabalho em sala de aula.

Atualmente, o corpo docente do complexo penitenciário de Florianópolis é composto por 38 professores, destes, 27 são mulheres e 11 homens. O número de profissionais efetivos (aquele no qual o empregado está efetivado na empresa) é mínimo em relação aos ACT's (Admissão de Professores em Caráter Temporário). Hoje o quadro de professores é formado por 4 efetivos e 34 ACT's, desses, somente um tem mestrado, os outros apenas graduação.

Por existir muitos docentes contratados em caráter temporário, a rotatividade desses profissionais é alta, impactando diretamente na continuidade do projeto pedagógico da instituição, fazendo com que os projetos pedagógicos não se mantenham por muito tempo. Sabe-se que a ambientação em um novo espaço de trabalho demanda tempo e nas escolas dos presídios esse processo de adaptação é ainda maior, pois existem regras novas para esses profissionais e limitações do seu fazer, peculiaridades que exigem tempo para a adaptação, tempo esse que os docentes ACTs não têm. Acredito que pela rotatividade desses professores, a equipe pedagógica não consegue sair do estágio inicial, conhecendo e se adaptando ao ambiente e não aprofundando em projetos de novas intervenções.

Além de garantir a permanência desses profissionais, é preciso qualificá-los de forma adequada afim de que possam atuar nessa realidade. Porém, os professores do complexo penitenciário de Florianópolis não possuem um calendário específico contendo as formações continuadas (grupo de estudos, palestras, eventos formativos no geral), existindo um espaçamento grande entre uma formação e outra. A última ocorreu em 2019 e foi oferecida pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O docente dá início ao seu trabalho contando com uma

formação generalista e infelizmente desconhecendo as especificidades que a educação prisional exige, o que pode resultar em um trabalho com pouco ou nenhum embasamento teórico e reflexão crítica. Portanto, a formação continuada precisa ser entendida como uma importante ferramenta para a evolução constante do profissional, implicando diretamente na qualidade do trabalho pedagógico.

3.2 Perfil dos estudantes matriculados na escola Penitenciária de Florianópolis

Partindo da análise realizada através da tabela “Números de matrículas da educação básica do Complexo Penitenciário de Florianópolis, separados por faixa etária, cor e sexo”, disponibilizada pela Gerência de Avaliação de Desempenho e Estatísticas (GAEBE), a penitenciária de Florianópolis, em 2020, era composta por 202 matrículas vinculadas ao ensino de educação básica ofertada pela instituição. Mas observando as informações coletadas, existem algumas controvérsias nesses dados, pois não explicam claramente para quais unidades esse total de matrículas é dividido, sendo citado apenas o presídio masculino com 62 matrículas, o presídio feminino com 50 matrículas e o hospital de custódia e tratamento psicológico com 6 matrículas, fazendo com que a soma desses números sejam incongruentes e não somem as 202 matrículas totais. Sabe-se que há presos e presas no regime semiaberto que podem estar cursando a educação básica fora dos muros da prisão, contudo esse número não foi disponibilizado, o que leva a pensar que poderiam sair dessa categoria o restante das matrículas para o alcance das 202 mencionadas no relatório ao qual tive acesso.

De acordo com a tabela analisada, o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula, o que acaba impactando para o aumento desses números. Esse pode ser um dos motivos para a discrepância presente nos dados analisados.

A oferta de ensino nos espaços de privação de liberdade proporciona uma visibilidade positiva para essas instituições, desta maneira, o aumento na quantidade de matrículas interfere positivamente na imagem desses lugares. Porém, se a coleta e organização das matrículas não ocorrerem de forma minuciosa e periódica, terá um número de matrículas ilusório. Impossibilitando pensar estratégias consistentes para ampliar e solucionar problemas da educação. Podendo ocasionar dificuldades

no andamento escolar e impedimento no acesso de outros detentos nesses espaços, pois existem matrículas feitas que não são utilizadas.

Seguindo a análise, do número total de matrículas, 61 delas são preenchidas por internos na faixa etária de 25 a 29 anos, sendo a maior parte das vagas completadas por jovens e brancos, pois de acordo com a autodeclaração dos internos, 62 matrículas são compostas por pessoas brancas e 36 por pessoas que se autodeclararam preta ou parda. No presídio feminino, das 50 matrículas totais, nenhuma mulher se declarou negra, além de nenhuma matrícula do complexo ser ocupada por pessoas declaradas indígenas, o que faz imaginar que haja contradições tanto na autodeclaração quanto na coleta e tabulação dos dados no presídio. A tabela observada apresenta uma grande quantidade de pessoas que não se declararam ou que não se identificam com nenhuma cor/raça. Acredito que a principal influência para esses dados, é a incapacidade do indivíduo se reconhecer racialmente, principalmente as pessoas negras e indígenas.

Reconhecidamente o Brasil é um país marcado pelo racismo estrutural e institucionalizado, permeando todas as áreas da vida humana. Por essa razão, a valorização do reconhecimento racial é um grande desafio da sociedade contemporânea. O desconhecimento da história e das expressões culturais do povo afro-brasileiro e indígena influencia diretamente no processo de construção do reconhecimento e valorização da identidade étnico racial, indicando a necessidade da elaboração de políticas específicas para a promoção de propostas e intervenções sociais, com o intuito de fazer com que seu povo se sinta pertencente da sociedade em que vive e participe efetivamente na construção da sua própria história, bem como a coletiva.

Considerações finais

Nessa pesquisa sobre a educação prisional do Complexo penitenciário de Florianópolis (SC), consegui refletir e mapear sobre os aspectos disciplinares, tais como a organização do sistema penitenciário, a disciplina desses espaços, que perpassa os muros da sala de aula estabelecendo regras e normas para o local de ensino. Os aspectos de cunho pedagógico referem-se aos materiais didáticos, as

possibilidades de reprodução de conteúdo pelos docentes, formação continuada para os profissionais da educação, autonomia e liberdade dos professores em sala de aula e a preparação de materiais didáticos. Desta forma, percebi que esses aspectos influenciam no processo educacional dos presídios.

Partindo das informações estudadas e coletadas, foi possível identificar que o processo histórico da sociedade humana, tem implicações diretas na quantidade excessiva de jovens, negros e pobres presos no Brasil. Desde o início da história do Brasil, as punições se dão de forma diferenciada para cada tipo de pessoa, principalmente entre pessoas da raça negra e branca, evidenciando como inicialmente a legislação brasileira atuava promovendo práticas de atitudes racistas, que refletem e permanecem até a contemporaneidade. Se desvencilhar desse problema social tem sido um desafio grandioso para a sociedade atual, seria preciso buscar saídas e formulações nas relações sociais.

O sistema carcerário caracteriza-se por ser um espaço de controle, disciplina, vigilância e punição. A dominação e controle dos corpos tem sido a base do trabalho penitenciário, expressando de alguma maneira, a forma com que o Estado entende e busca a ressocialização do indivíduo e o processo de funcionamento da sociedade moderna.

Ao longo da pesquisa evidenciou-se que o número de detentos participando de alguma atividade educacional nos presídios brasileiros é bastante reduzido, contrariando as leis que definem ensino escolar como *direito garantido* às pessoas privadas de liberdade. Pode-se concluir que a educação não é universalizada no sistema penitenciário e está distante de atender a demanda deste público.

Na análise realizada da escola do Complexo Penitenciário de Florianópolis, foi possível constatar incongruências no que se refere à instituição escolar da penitenciária e o projeto pedagógico apropriado e adequado para a realidade e necessidades dos detentos. A vinculação da escola com o PPP da CEJA dificulta pensar propostas direcionadas aos indivíduos-estudantes-presos. O desafio colocado é a luta constante por um projeto político pedagógico próprio, que pense nas especificidades dos sujeitos inseridos nos espaços de privação de liberdade, visando qualidade no ensino.

Outra questão a evidenciar refere-se à formação e contratação dos docentes atuantes na escola do complexo. Observou-se que não exigem e não oferece nenhuma formação específica para atuação desses profissionais nos presídios, o que pode resultar em um trabalho precário. A formação continuada é uma grande ferramenta a ser aliada ao trabalho dos professores, desta maneira, precisa se estabelecer fortemente nos locais de ensino, com o objetivo de qualificar o docente e seu trabalho. Por essa razão, promover formação continuada aos professores, deve ser um assunto a ser priorizado pela Secretaria do Estado de Educação, avaliando a possibilidade de ampliação de cursos formativos para esses profissionais.

Referente à contratação dos docentes, pode-se observar que o número de admissões de professores em caráter temporário é significativo, implicando na rotatividade desses profissionais, que por sua vez, influenciam na inconsistência do trabalho pedagógico da escola e do próprio docente. Pensando na qualidade do trabalho e do ensino, sugiro planejar novos formatos de contratação com mais garantia de trabalho, considerando as especificidades do sistema carcerário.

Alcançar essas constatações foi possível porque estabeleci um percurso metodológico que possibilitou a realização de leituras, de estudos e de análises de informações, de forma crítica. Entretanto, ao longo desse percurso existiram limitações que dificultaram alguns procedimentos da pesquisa. No início do ano de 2020 foram decretadas medidas sanitárias a fim de combater a transmissão do vírus (SARS-COV) denominado Covid-19, que resultaram em mudanças drásticas no convívio social, e uma das alternativas determinadas por instituições de saúde reconhecidas mundialmente e nacionalmente, foi o isolamento e distanciamento social. A pesquisa foi construída durante esse período, o que me impossibilitou de estar presencialmente na Universidade Federal de Santa Catarina e na coleta dos dados, fazendo com que todo esse trabalho se realizasse virtualmente.

Diante dessa realidade, todos os contatos realizados ao longo da pesquisa foram por meio digital, cuja principal ferramenta foi o *e-mail*. Na coleta das informações referentes aos docentes atuantes do complexo penitenciário de Florianópolis, o acesso aos professores não foi de forma direta, justamente pelo distanciamento social e a rigurosidade de comunicação estabelecida pelo complexo. Desta maneira, as informações sobre esses profissionais chegaram às minhas mãos

através da COEJA, porém, por essa comunicação ter sido feita virtualmente as respostas foram sucintas, sem muitos detalhes.

A ausência de informações sobre o número total de internos na penitenciária de Florianópolis também foi um empecilho para essa pesquisa. Realizei pesquisas nas redes sociais em busca desses dados, mas essa informação não está disponibilizada em canais abertos da Internet. Com isso, precisei entrar em contato diretamente com os responsáveis por essas informações, e não obtive sucesso no retorno, pois fui encaminhada para diversos e-mails e números telefônicos, porém, nenhuma dessas informações foi produtiva.

Apesar das limitações, penso que obtive sucesso durante a pesquisa, pois o objetivo de refletir e mapear aspectos do sistema prisional foi concluído e possibilitou a escrita de um trabalho com informações pertinentes sobre essa realidade social. As realidades das prisões e das escolas do sistema carcerário não estão distantes de nós, elas se constroem a partir da organização social que está estabelecida. Por essa razão, proporcionar discussões referentes a essa temática se faz necessário. Sabe-se que as mudanças sociais não ocorrem rapidamente, assim como é esperado, mas ao passo que existem pessoas pensando e estudando sobre essa realidade, cria-se a oportunidade e esperança por mudanças futuras.

REFERÊNCIAS

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**: do Império aos dias de hoje. Youtube, 2017. Vídeo (06:24 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wkjtAAUmjPY>. Acesso em: 20/02/2022.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-lei N. 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm. Acesso em: 20/02/2022.

BRASIL. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). População Prisional em Programa Laboral: período de julho a dezembro de 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizTJhZTU3NjltM2Q4Mi00MjdiLWE0MmWltZTlyZjNlODgzMjEzliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 20/02/2022.

BRASIL. Lei de execução Penal. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. BRASIL.

BUENO, José Geraldo Silveira. Apresentação. *In*: ONOFRE, Elenice M. C. (Org.) **Educação escolar entre as grades**. São Carlos. Ed. UFSCar, 2007, p.7-9

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p. 288

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo, Ed. UNESP, 2000, p. 1-63.

IRELAND, Timothy D. **Educação em prisões no Brasil**: direito, contradições e desafios. Brasília, Ed. Em aberto, V.24, n. 86, p. 19-39, Nov 2011.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. As políticas de educação para o sistema penitenciário: análise de uma experiência brasileira. *In*: ONOFRE, Elenice M. C. (Org.) **Educação escolar entre as grades**. São Carlos. Ed. UFSCar, 2007, p.29-50.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; NAKAYAMA, Andréa Rettig. **A educação de jovens e adultos e os espaços de privação de liberdade no estado de Santa Catarina**: a escola da penitenciária de Florianópolis. Ijuí: Ed. Unijui, 2012, p. 200-237

LEME, José Antonio Gonçalves. A cela de aula: tirando a pena com letras, uma reflexão sobre o sentido da educação. *In*: ONOFRE, Elenice M. C. (Org.) **Educação escolar entre as grades**. São Carlos. Ed. UFSCar, 2007, p.110-160.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. **A educação escolar nas prisões**: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). São Paulo. Educ.Pesqui, v.39, n.4, p.955-967, out/dez 2013

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível**. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário referente aos docentes do Complexo Penitenciário de Florianópolis (SC)

Dados de pesquisa referente à oferta de escolarização no Complexo Penitenciário de Florianópolis – no Bairro Agronômica - Florianópolis^{1*}.

Quantos docentes / professores atuam nessa oferta?

R: 38 professores.

Quantas mulheres?

R: 27 mulheres.

Quantos homens?

R: 11 homens.

Quantos são efetivos?

R: 4 professores efetivos.

Quantos são ACTs?

R: 34 professores acts.

Qual a formação desses professores? (listar)

R: Graduação e Mestrado (professora Bianca Campos).

Quantos atuam somente no Presídio Masculino?

R: 2 professoras.

Quantos somente no Presídio Feminino?

R: 4 professores.

Quantos atuam somente na Penitenciária de Florianópolis?

R: 14 professores.

Quantos atuam somente no HCTP?

R: Nenhum.

Quantos atuam em todas as unidades prisionais do complexo Penitenciário?

R: 19 professores.

^{1*}Informação fornecida pela Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), em Dezembro de 2021.

Os professores participam de formação continuada específica para o trabalho no ambiente prisional?

R: Não. A última formação oferecida foi 2019 pela UDESC e todos os professores participaram.

Há algum manual ou protocolo de orientações disponibilizado aos professores antes de iniciar o trabalho?

R: É feita uma reunião geral no início do ano com todos os professores que irão lecionar nas Unidades de Privação de Liberdade, onde é repassado todas as informações de funcionamento e os professores assinam um tempo de compromisso.

Se sim, poderia ser disponibilizado esse documento.

R:

Quais são os materiais didáticos utilizados pelos professores para o apoio das aulas?

R: Livros didáticos.

ANEXOS

ANEXO A – Termo de responsabilidade para trabalhar como docente no Complexo Penitenciário de Florianópolis (SC) ^{2*}



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CEJA – CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
RUA GENERAL BITTENCOURT, 234 - CENTRO
FLORIANÓPOLIS-SC CEP: 88020-100
FONE:(48) 3665-5637/3665-5638 email:ceja01@sed.sc.gov.br

TERMO DE RESPONSABILIDADE nº 001/2022

A Unidade Descentralizada do CEJA atua no Complexo Penitenciário de Florianópolis, atendendo reeducandos nos níveis de Alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio e o Projeto Despertar pela Leitura.

A Escola trabalha de acordo com as normas da Secretaria Estadual de Educação, no que se refere aos procedimentos didático-pedagógicos de ensino. No que concerne aos procedimentos de segurança, a escola trabalha conforme as normas estabelecidas pelo Complexo Penitenciário (Unidade prisional) e pelas Gerências dos diferentes setores.

O(a) professor(a), que ministra aulas nesta Instituição de segurança, deve acatar as normas estabelecidas pela mesma.

Assim sendo, eu, professor (a):

Comprometo-me a seguir às orientações abaixo elencadas:

- **ASSIDUIDADE** – o não comparecimento do professor pode comprometer o trabalho dos demais colegas, bem como, comprometer a rotina de trabalho dos Agentes Penitenciários e da instituição;
- **PONTUALIDADE** – a não pontualidade implica na quebra de normas estabelecidas na rotina ordinária deste ergástulo, lembrando que o atraso proíbe a entrada do profissional em sala, resultando em falta injustificada naquele período;
- Respeito e compromisso com sua função profissional, pela função dos demais;
- Toda a pessoa que adentrar na unidade deverá se submeter a revista pessoal, através do aparelho de detector de metal e o professor deve usar **OBRIGATORIAMENTE** o guarda-pó FECHADO;
- Fica expressamente **PROIBIDO** levar para a sala de aula qualquer tipo de material que não seja didático pedagógico e que não tenha passado pela vistoria de segurança;
- Fica expressamente **PROIBIDO** levar ou enviar correspondências aos apenados;
- Fica expressamente **PROIBIDO** averiguar via internet ou consulta jurídica sobre a situação penal de apenados;
- Fica expressamente **PROIBIDO** realizar qualquer tipo de transmissão de recados ou informações a familiares de presos;
- Fica expressamente **PROIBIDO** doar remédios, roupas ou calçados diretamente aos detentos;

^{2*} Informação fornecida pela COEJA, em Dezembro de 2021.

- Fica expressamente **PROIBIDA** a prestação de favores por parte dos professores aos sentenciados;
- Fica expressamente **PROIBIDO** entrar em sala de aula com bolsas, mochilas, carteiras, CELULARES ou qualquer outro item não autorizado;
- Fica expressamente **PROIBIDO** o professor receber qualquer doação ou presente dos apenados;
- Fica expressamente **PROIBIDO** o trânsito e permanência de professores nos ambientes que não sejam: **sala de aula e sala dos professores**, exceto em caso de extrema necessidade;
- Fica expressamente **PROIBIDO** dar ou emprestar materiais de uso particular para serem levados a cela (canetas, lápis, borracha, tinta, cola, clipes, giz de cera, fita adesiva, papel colorido e outros).
- Fica expressamente **PROIBIDO** trazer qualquer tipo de alimento (bolo, pipoca, frutas e outros) para os detentos;
- Fica expressamente **PROIBIDO** a impressão e/ou cópias na Unidade Prisional. Esse trabalho só pode ser solicitado à coordenação da escola, no local;
- É responsabilidade do professor o preenchimento do diário **dentro do prazo determinado pelo CEJA** e de acordo com as **orientações previstas**.

A inobservância de qualquer uma das normas acima descritas ou a ocorrência de fatos em desconformidade com a normativa supramencionada acarretará na narrativa expressa do fato, por meio de Comunicação Interna na Unidade Prisional, cuja cópia será devidamente encaminhada ao Centro de Educação de Joven e Adultos/CEJA de Florianópolis, para as medidas cabíveis, bem como **SOLICITAR A SUBSTITUIÇÃO DO PROFESSOR** caso a conduta do mesmo não corresponda à normativa institucional.

Ciente das normas para o bom desenvolvimento dos trabalhos em sala de aula desta Unidade Prisional.

COMPROMETO – ME

PROFESSOR

COORDENADOR DA PENITENCIÁRIA

DIRETOR DO CEJA

Florianópolis, _____ de _____ de 2022.